

Família e Poder na Comarca de Aracaju: a trajetória dos Guerra Fontes (1855-1889)

*Bruna Morrana dos Santos**

Family and Power in the County of Aracaju: the trajectory of the Guerra Fontes (1855-1889)

Resumo

Na época da transferência da capital da província, sancionada pela Resolução 413 de 17 de março de 1855 durante a presidência “conciliatória” do Bacharel Inácio Joaquim Barbosa, famílias abastadas de várias localidades da província sergipana transferiram-se ou adquiriram terrenos em Aracaju. Dessa maneira, o objetivo do presente artigo é analisar como a família Guerra Fontes, formada a partir do enlace matrimonial de Eufemia Guerra Fontes e Joaquim Martins Fontes, nubentes oriundos de dois troncos familiares de prestígio durante o primeiro reinado, se estabeleceu e criou laços de maneira estratégica na nova capital. Nesse sentido, o enfoque recairá sobre as relações de compadrio e matrimônio em que estiveram envolvidos os membros desta família.

Palavras-chave: Elite; Família; Aracaju

Abstract

At the time of the transfer of the provincial capital, sanctioned by Resolution 413 of March 17, 1855 during the “conciliatory” presidency of the Bachelor Inacio Joaquim Barbosa, wealthy families from several localities of the Sergipe province transferred or acquired land in Aracaju. In this way, the objective of the present article is to analyze how the Guerra Fontes family, formed from the marriage liaison of Eufemia Guerra Fontes and Joaquim Martins Fontes, who were born from two family trunks of prestige during the first reign, established and created bonds of strategy in the new capital. In this sense, the focus will be on the relationships of compadrio and matrimony in which the members of this family were involved.

Keywords: Elite; Family; Aracaju



* Mestra em História pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em História do Brasil pela Faculdade Pio Décimo, Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe, e integrante do Grupo de Pesquisa Sergipe Oitocentista da Universidade Federal de Sergipe. Atua como Professora de História do Ensino Fundamental e Médio na Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.

A história da família Guerra Fontes confunde-se com a história da nova capital, Aracaju. Seus membros faziam parte “nova elite”, que pode ser definida como um grupo de pessoas detentoras comércio e ao funcionalismo público, por exemplo. Além de fazerem parte da “nova elite” que se formou em Aracaju, estes personagens moravam na área mais nobre da cidade – o quadrado de Pirro¹ – e estavam inseridos num universo de sociabilidade através das relações de parentesco (consanguíneo ou por afinidade), vizinhança, vínculos de amizade, sistemas de herança e das estratégias matrimoniais de capital econômico e simbólico, que não eram ligadas exclusivamente à grande lavoura, mas ao funcionalismo público, por exemplo.

Esta família formou-se a partir de dois troncos familiares detentores de prestígio durante a primeira metade do século XIX. Um dos cônjuges, Joaquim Martins Fontes, era filho do prestigiado capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto² Joaquim Martins Fontes com Ana Joaquina Portela. O capitão-mor, filho do fazendeiro João Martins Fontes – o fundador de Riachão do Dantas³ - e Ana Francisca da Silveira, além de ter sido um político de grande evidência e de ter ocupado diversos cargos, como o de deputado provincial e deputado geral, era sobrinho materno do Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, primeiro Presidente da Província de Sergipe depois da independência.

A parte sul da província, mais especificamente a vila de Estância, era o local de atuação dos Silveiras, que possuíam ascendência na alta fidalguia portuguesa. Dois membros dessa família merecem destaque, sendo o primeiro o próprio Brigadeiro Manoel e o segundo o Monsenhor Silveira, fundador da imprensa sergipana. “Figura de grande talento”⁴, na década de 1820, Joaquim Martins Fontes integrava o grupo dos senhores de terra ligados à atividade pastoril e, além do mais, esteve entre aqueles que num primeiro momento se posicionaram a favor da independência do Brasil.

Ao fazer uma análise sobre o baronato sergipano, o historiador Samuel Barros de Medeiros Albuquerque escreveu sobre o desejo do capitão-mor Joaquim Martins Fontes em obter um título nobiliárquico:

- 1 Inspirado em um tabuleiro de xadrez e com traços extremamente simétricos, assim ficou conhecido o projeto urbanístico de Aracaju desenvolvido pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro.
- 2 Joaquim Martins Fontes foi nomeado Capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto por ato da Junta de Cachoeira, em nome de D. Pedro I, em 10 de janeiro de 1823. A respeito disso, Maria Thetis Nunes afirmou que “o posto de comando das Ordenanças, em cada Município era escolhido pelo Presidente da Província de uma lista de três nomes, eleitos pela Câmara local entre homens possuidores de “bens abundantes e super-abundantes”, como dizem os documentos”. (NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, pp. 28-29).
- 3 Ver: SILVA, R. O. S.; SANTOS, C. M. A fundação de um lugar: Riachão do Dantas, suas tramas e seus sujeitos (1836-1870). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 46, pp. 43-57, 2016.
- 4 DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 31.



Se poucos rejeitaram os títulos de nobreza, muitos foram os que estiveram a cobiçá-los. Esse foi o caso de Joaquim Martins Fontes, que, mesmo já possuindo diversas agraciações, almejou o título de Barão de Lagarto pelos serviços prestados nas Províncias de Sergipe e Bahia nas lutas de independência. No entanto, o silêncio foi a resposta aos seus pedidos.⁵

As agraciações a que Samuel Albuquerque refere-se devem estar ligadas ao fato de Joaquim Martins Fontes ter sido condecorado como Cavaleiro da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Foi nomeado três vezes como governador da província (1839, 1840 e 1841), e mais tarde, em meados da década de 1850, o capitão-mor retirou-se da política e foi morar na cidade de Laranjeiras. Na década seguinte, Joaquim Martins Fontes faleceu no Engenho São Francisco, termo de Aracaju, em 28 de agosto de 1860. Durante a carreira política, teve contato direto com a corte e a notícia da sua morte foi divulgada pelo jornal carioca *Correio Mercantil, Instructivo, Politico, Universal*:

No dia 21 de agosto proximo passado deu sua alma a Deus o capitão-mór Joaquim Martins Fontes, na idade de 63 annos, um dos distinctos collaboradores na independência do Brasil, deputado a assemblea geral pela provincia de Sergipe, sua patria, em 1834; deu os mais autenticos testemunhos de seu amor á monarchia, e durante toda sua vida provou a firmeza de character e opiniões: bom pai de familia, bom e sincero amigo, bom christão, em todas as commissões de que foi encarregado pelo governo respeitou sempre a religião do dever. No dia 17 do corrente mez ás 8 horas, manda celebrar um amigo de infancia do dito falecido uma missa de setimo dia da noticia, na igreja da ordem terceira do Carmo, á qual espera que os outros amigos que cultivarão suas relações nesta corte assistão a rogar pelo seu eterno descanso.⁶

Porém, antes de morrer, o capitão-mor fez, na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, uma escritura de legitimação e habilitação em que ele reconhece os seus filhos do relacionamento com Anna Portela e as filhas ilegítimas que teve com outras mulheres:

[...] Como houvera aquelles ditos quatro filhos no Estado actual que se considera de solteiro, que a sua vontade era legitimar e habilitar aos mesmos Joaquim Martins Fontes Junior, José Martins Fontes Junior, Maria Francisca da Silveira e Carolina Francisca da Silveira, seos filhos, para que podessem herdar sua Fasenda, e ainda qualquer herança, que lhe podesse [ilegível] depois de sua morte, ficando em tudo

5 ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 33, pp. 109-110, 2000-2002.

6 *Correio Mercantil, Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, setembro de 1860, p. 3.



habilitados para que podessem igualmente haver todas as honras, liberdades, dignidades, officios, Nobresa, e privilégios della, que por direito comum em conformidade das Ley lhe permitem assim, como se de legitimo matrimonio nacidos fossem [...]’

Joaquim Martins Fontes Junior, natural da Vila do Lagarto, nasceu aproximadamente em 1823. Apesar de ser o primogênito, teve ainda outros irmãos do primeiro consórcio do seu pai: Carolina Martins Fontes, José Martins Fontes, Anna Joaquina Fontes, Antonio Martins Fontes e Ermelina da Silva Fontes. O segundo casamento do capitão-mor com Anna Maurícia da Silveira gerou uma extensa prole: Joana Narcisa Martins Fontes, Clara Julia da Silveira Fontes, José Guilherme da Silveira Fontes, Eugenio Teles da Silveira Fontes, Rosa da Silveira Fontes, Barnabé Francisco da Silveira Fontes, Mariana Leonor da Silveira Fontes, Francisco da Silveira Fontes e Rita de Cácia da Silveira Fontes.

Por seu pai ter sido militar e pela sua classe de origem, a trajetória esperada para Joaquim era a de que ele seguisse pelo mesmo caminho⁸. Jovem e com um futuro promissor nas Forças Armadas, enquanto se preparava para tornar-se oficial, o cadete Joaquim Martins Fontes Junior fez diversas viagens à corte, às vezes com escravos, oportunidade que não era acessível a todos e restringia-se somente aos mais abastados. A chamada primeira praça foi alcançada em 12 de outubro de 1842 e dois anos depois ingressou no oficialato subalterno ao atingir a patente de Alferes, em 23 de julho de 1844. Mesmo depois de ter se tornado oficial, as viagens de Joaquim ao Rio de Janeiro parecem não ter cessado:

O alferes Joaquim Martins Fontes Junior retirando-se para a côrte, e não podendo despedir-se dos seus amigos, como é do seu dever, o faz por este meio, pedindo lhes desculpa, e oferece lhes o seu diminuto prestimo em qualquer parte de sua residencia. Sergipe, 9 de abril de 1853.⁹

Em 02 de dezembro de 1855, ano da mudança da capital da província sergipana, Joaquim Martins Fontes Junior recebeu mais uma promoção, tornando-se Tenente. Nesse período, o Barão de Maruim ocupava a vice-presidência e Joaquim fazia parte da companhia fixa da província. Pelos registros encontrados na imprensa, supõe-se que antes de se estabelecer definitivamente em Aracaju, Joaquim serviu em unidades localizadas em diferentes regiões do Império, como por exemplo no Paraná. Em janeiro de

7 Inventário de Joaquim Martins Fontes (Capitão Major), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2324, nº 249, p. 40-41.

8 No sentido bourdieusiano, trajetória significa uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente.

9 Jornal Correio Sergipense, 16 de abril de 1853, Edição nº 25, p. 4.



1861, mudou-se repentinamente para a província da Bahia, “por ali estar seo Batalhão”¹⁰. A graduação de capitão veio em 06 de setembro de 1861, com antiguidade de 02 de dezembro de 1860. E, finalmente, pelo decreto de 26 de outubro de 1863, Joaquim Martins Fontes passou à condição de oficial reformado de infantaria.

A noiva escolhida para Joaquim Martins Fontes foi Eufemia Pinheiro Guerra, filha do primeiro consórcio do capitão de mar e guerra José Moreira Guerra com Eufemia Antônia Pinheiro Guerra. A primogênita, Eufemia Guerra, nasceu em 25 de março de 1831 e foi batizada em São Pedro, na Província do Rio Grande do Sul. Seus avós maternos eram o carioca Leocádio Antonio Pinheiro e a gaúcha Flora de Araújo Gomes. Do lado paterno, os avós de Eufemia eram o Dr. Agostinho Moreira Guerra, português natural do Porto que no Brasil ocupou o cargo de procurador da Coroa, e a baiana Maria Joaquina de Jesus. Os padrinhos escolhidos para Eufemia foram o seu avô paterno, Agostinho Moreira Guerra, e a esposa, D. Anna Albertina Guerra. Assim como em outros exemplos já citados ao longo deste trabalho, no caso da menina Eufemia, os pais priorizaram escolher padrinhos consanguíneos para ela.

Na década de 1840, seu pai, enquanto Capitão-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Navais, serviu na província da Bahia e, por causa de seus bons serviços, chegou a Sergipe em 24 de maio de 1853 para assumir o cargo de inspetor das barras. Guerra foi transferido para a província sergipana e fixou-se na cidade de São Cristóvão durante a presidência do Dr. Luís Antonio Pereira Franco, que teve um governo marcado pelas acirradas disputas partidárias entre conservadores e liberais. Atuando na nova função, a cada ano trabalhado, os vencimentos de José Moreira Guerra chegavam a novecentos mil réis (900\$000). Além do soldo, Guerra também recebia gratificações anuais pelas inspeções dos rios.

José Moreira Guerra teve participação ativa na política sergipana, principalmente no processo de mudança da capital, sendo lembrado como um dos braços fortes do presidente Inácio Barbosa. Na época, vários insultos foram dirigidos aos responsáveis pela retirada da primazia da cidade de São Cristóvão, inclusive Guerra: “O povo da velha capital, esbulhada da sede do governo, desfila o seu rosário de lamentos, apelidando o presidente Inácio de **Catinga**, o capitão dos portos, José Moreira Guerra de “**Guerra do Diabo**” [...]”¹¹. Além disso, José Calasans apontou que houve o interesse de Inácio Barbosa em contrair segundas núpcias em Sergipe e uma das opções seria a própria Eufemia: “Inácio Barbosa quis também casar com a filha de José Moreira Guerra, capitão

10 Jornal Correio Sergipense, 19 de janeiro de 1861, Edição nº 3, p. 4.

11 Jornal Gazeta de Sergipe, 17 e 18 de março de 1999, Edição nº 12.054, p. 11.

dos Portos, segundo me conta a professora Elvira Guerra Fontes, neta do aludido comandante.”¹²

Em 28 de maio de 1855, o capitão de mar e guerra comprou de Clemente Francisco do Valle e D. Francisca de Almeida Clemência, por vinte mil réis (20\$000), uma porção de terras cercadas de malhada e plantações no antigo Sítio Olaria, onde foi edificada parte da cidade de Aracaju. Comprou também a José Barbosa Cabeça-mole, por trinta mil réis (30\$000), uma casa de taipa coberta de palha localizada no mesmo sítio Olaria. Além disso, passou a aforar terrenos a várias pessoas as quais lhe pagavam anualmente o respectivo foro. O Barão de Maruim, proprietário de inúmeros terrenos na nova capital, “deu terras ao compadre Guerra, ao capitão Batista Sales”¹³. É evidente que não há nada de generosidade neste ato, mas a alimentação de uma rede de influências, trocando bens, supostamente públicos, pelo apoio político. Guerra foi o primeiro capitão dos portos a servir em Aracaju e, por causa da precariedade deste lugar, acabou instalando-se em Laranjeiras.

Apesar de não se ter até o momento a informação precisa de como o casal conheceu-se e nem a data e local do enlace matrimonial de Eufemia e Joaquim, tudo indica que ocorreu em meados da década de 1850, pois encontramos no *Correio Sergipense* um registro de viagem para a Bahia feita pelo casal juntamente com a sogra, Eufemia Pinheiro Guerra, no ano de 1856. Este foi o momento em que o nubente, na época tenente, assumiu o comando do Corpo de Polícia, antes ocupado pelo Capitão Manoel Agostinho Moreira, que foi afastado pelo Barão de Maruim, presidente da província, das suas atividades profissionais sob acusação de faltas, omissão e desleixo. Constatamos que o Barão foi o padrinho de casamento de Eufemia e, então, devido a essa proximidade com Joaquim Martins Fontes, podemos levantar a suspeita de que o afastamento do capitão Manoel Agostinho do cargo poderia ter ido além dos motivos profissionais, visando o favorecimento do tenente.

O capitão dos portos José Moreira Guerra também esteve envolvido na recepção do imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Thereza Cristina em Aracaju. Certamente por causa do posto que ocupava e do prestígio que possuía, na manhã de 11 de janeiro de 1860, Guerra foi um dos primeiros a avistar a entrada da esquadilha imperial na barra do Cotinguiba e, logo em seguida, “o sr. capitão do porto fez ás pessoas de VS. MM. II. os seus respeitosos cumprimentos, indo beijar-lhe ás mãos [...]”¹⁴ Entre as suas visitas à capital, o imperador passou pela capitania dos portos, onde

12 CALASANS, José. *Aracaju: Contribuição à História da capital de Sergipe*. Aracaju, 1942, p. 55.

13 SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju*, Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955, p. 222.

14 *Jornal Correio Sergipense*, 11 de janeiro de 1860, Edição nº 6, p. 1.



foi saudado pelos empregados e por Guerra, o comandante da repartição. José Moreira permaneceu no cargo até 05 de março de 1864, quando se reformou no posto de capitão de mar e guerra.

O casamento, enquanto um *investimento* importante, traria benefícios tanto materiais quanto simbólicos. Obviamente, existiu por parte das duas casas envolvidas o interesse nessa união, pois Joaquim Fontes poderia fornecer capital político e ligações possíveis ao futuro sogro, levando em consideração que seu pai teve uma carreira de prestígio no primeiro reinado, além de ter sido proprietário de engenhos e possuir um número considerável de escravos. Já Eufemia Guerra, levou para esta nova unidade familiar o peso de ser filha de um homem que, além de político, ocupava um dos cargos mais importantes da Província, visto que a dificuldade de navegação nas barras provinciais era uma das prioridades do governo conciliatório de Inácio Barbosa. Uma outra variável importante era o fato de Joaquim Martins Fontes ser letrado, isso facilitaria a administração dos bens e, assim, colaboraria com a manutenção da riqueza da família. Além do mais, o matrimônio de Eufemia e Joaquim possibilitaria o convívio entre membros que ocupavam as posições mais valorizadas socialmente.

A Família Guerra Fontes em Aracaju

Era janeiro de 1866. Numa quinta-feira, 04, na matriz da capital, o mais novo integrante da família Guerra Fontes preparava-se para se tornar um novo membro da cristandade e da comunidade. Joaquim, branco, homônimo do pai e do avô, era o quarto filho da dona de casa Eufemia Guerra e do capitão reformado do Exército Joaquim Martins Fontes Junior. Estes, que já eram pais de Genésio, Cinésio (6 anos) e Manoel (5 anos), escolheram para batizar Joaquim (dez meses) o espanhol Thomaz Diogo Leopoldo Castanhedo e Amelina Martins Fontes¹⁵. Durante muitos anos, o Dr. Thomaz, formado em medicina pela Faculdade da Bahia, clinicou em Aracaju e foi professor do Atheneu Sergipense.

Aos poucos Aracaju ia se urbanizando e a prole dos Guerra Fontes não parava de crescer. Em 1º de setembro de 1867, Joaquim e Eufemia, que já eram pais de quatro filhos, celebraram o batizado de Elvira Honorina Guerra Fontes, branca, que, com seus poucos nove meses de existência, já estava em perigo de morte¹⁶. O batismo de Elvira mostra que seus pais também preferiram buscar compadres fora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, visto que o seu padrinho foi Manoel Sousa Macieira, da cidade de Maruim, e Marianna Garcez, representada median-

15 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 293, p. 27.

16 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 584, p. 59.

te procuração por Marianna Freitas. Felizmente, a menina conseguiu sobreviver e quando adulta foi mais além do que sua mãe e avó materna que já eram alfabetizadas, tornando-se uma das mais distintas educadoras de Aracaju.

Com apenas um mês e vinte dias, foi batizada pelo Vigário Geral José Gonçalves Barroso em oratório particular, no dia 17 de junho de 1869, Maria, branca, a sexta filha do casal. Seus pais espirituais foram o Bacharel Evaristo Ferreira da Veiga e a esposa Francisca Ferreira da Veiga¹⁷. Um dia após o batizado, Evaristo Ferreira da Veiga deixou o cargo de Presidente da província, ocupado desde 27 de novembro de 1868. Não restam dúvidas de que Joaquim e Eufemia escolhiam a dedo as pessoas que levaram seus filhos à pia batismal. Mais tarde, Maria, branca, com quatro meses de idade, foi batizada em 20 de agosto de 1869 e teve como padrinho ninguém menos do que Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão da Estância:

Aos vinte d'Agosto de mil oitocentos secenta e nove Baptisou solenemente de licença minha o Coadjutor Eusebio Pires d'Almeida na Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú a Maria, branca, natural desta Freguesia, com quatro meses d'idade, filha legitima de Joaquim Martins Fontes, e Eufemia Guerra Fontes: forão Padrinhos o Excellentissimo Barão da Estancia, da Freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda d'Itaporanga, e Maria Jovina Alves de Sampaio, desta Freguesia. Para constar faço este que assigno. O Vigario José Luiz d'Azevêdo.¹⁸

O Barão da Estância, dono do Engenho Escurial, já havia sido vice-presidente e em 1866 foi nomeado pela terceira vez como presidente da província. Além da evidente influência do padrinho, levantamos a hipótese de que a escolha também esteve relacionada à ligação que a família de Joaquim Fontes tinha com este município, pois o seu pai foi comandante superior da Guarda Nacional da Comarca da Estância na década de 1840. Das duas filhas que foram batizadas em 1869, uma não sobreviveu, mas por falta de informações, não se sabe qual delas.

Em 14 de agosto de 1870, Oscar, branco, foi batizado por Candido do Prado Pinto e Maria do Carmo do Prado Pinto, que na ocasião do batismo moravam em Belém, capital do Pará¹⁹. No caso desta escolha dos compadres, as relações de vizinhança podem ter pesado bastante, pois, ao que tudo indica, Candido e Joaquim moravam na Rua de São Cristóvão, uma das mais importantes desde os primeiros anos da cidade. No imposto predial

17 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1002, p.109.

18 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1031, p. 112.

19 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1289, p.141.



publicado em setembro de 1873, na edição nº 429 do *Jornal do Aracaju*, o comendador Candido do Prado Pinto aparece como proprietário de um negócio nesta mesma rua. Candido, que na condição de negociante usufruía, inclusive, do trabalho de escravos de ganho, possuía um capital econômico superior ao do seu compadre militar. Candido também foi padrinho de casamento de Mariana Leonor da Silveira, irmã de Joaquim Martins Fontes, que se casou com Martinho José de Oliveira em 23 de novembro de 1878 na Capela de Santo Antônio²⁰. Perto deles, também morava o negociante João Martins Fontes, filho de Felipe de Carvalho Lessa e Maria Francisca da Silveira Fontes, e, portanto, sobrinho de Joaquim Martins Fontes Junior.

José, branco, o caçula da família, nasceu em 24 de dezembro de 1874 e foi batizado por estar em perigo de vida no dia 29 de abril de 1876²¹. Seus padrinhos, Dr. Cícero Dantas Martins e Mariana da Costa Pinto Dantas, moravam na Província da Bahia e, por não estarem presentes no dia da celebração do batismo, instituíram por seus procuradores o casal José Martins Fontes e a sua esposa Francisca Xavier Gomes Fontes, da Freguesia de Itabaiana. Além de ser formado em Direito, Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, foi um dos mais importantes líderes conservadores e fazendeiros do sertão baiano. A mãe de Cícero Dantas Martins, Mariana Francisca da Silveira Dantas, era filha de João Martins Fontes e irmã do capitão-mor Joaquim Martins Fontes. Visando manter a coesão familiar, os Guerra Fontes escolheram parentes consanguíneos como compadres, pois Joaquim Martins Fontes Junior e Cícero Dantas Martins eram primos e netos de João Martins Fontes.

Neste caso, além das relações materiais é preciso chamar atenção, também, para a presença de procuradores que representavam os padrinhos no ato batismal. Esta “importância se daria não só para os pais das crianças, que escolhiam cuidadosamente aqueles com quem pretendiam manter a aliança, mas também para os que eram escolhidos. Estes não só aceitavam o convite, como se davam o trabalho de instituir procuradores para representá-los”²². A respeito disso, a historiadora Sheila de Castro Faria afirma que a escolha de procuradores, “demonstra o quanto o estabelecimento de relações rituais era importante naquela sociedade. Escolhia-se cuidadosamente com quem manter aliança. Visava-se aumentar o prestígio de sua casa”²³.

20 Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 456, p. 81.

21 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1874-1877). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2592, pp. 59-60.

22 BRÜGGER, S. M. J. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 315.

23 FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 215.



José Martins Fontes, bacharel formado pela Faculdade de Direito de Olinda, era casado com Francisca Xavier Gomes Fontes e irmão de Joaquim Martins Fontes. O Dr. Fontes chegou a ser 1º vice-presidente nomeado em 30 de novembro de 1876. Administrou a província entre janeiro de 1877 e março de 1878. No tempo em que foi deputado, José Martins Fontes participou da reunião realizada em 27 de fevereiro de 1855, em Santo Antônio do Aracaju, para tratar da transferência da capital. Além destes, ocupou outros cargos importantes como o de procurador da Tesouraria Provincial, o de juiz de órfãos no termo de Itabaianinha, Lagarto e Rosário e nos termos reunidos de Pilar e Atalaia, na província de Alagoas.

Ao mesmo tempo em que escolheram, Joaquim Martins Fontes e Eufemia Fontes também foram escolhidos para batizar algumas crianças. Eles foram procuradores no batismo de Idalina, branca, filha do Capitão e farmacêutico baiano Marcelino José Jorge e de Cândida Sampaio Jorge, realizado no dia 24 de junho de 1866, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú²⁴. Eufemia e Joaquim representaram José Amâncio do Outeiro e Elisa Aguiar do Outeiro, ambos moradores da província da Bahia. Inclusive, na época do seu casamento com Eufemia, Joaquim comprou a mobília da casa onde viria morar o casal ao mesmo Marcelino José Jorge.

Entre 1864 e 1872, Joaquim Martins Fontes batizou junto com a esposa 4 crianças e, sem a companhia dela, foi padrinho de mais 4. Em maio de 1868, o casal batizou Francisca, parda, filha de João Tenório e Maria Rosa Cigana²⁵. Por não possuírem nenhum qualificativo social, que indicariam caso o casal viesse de alguma família da elite, talvez João e Maria Rosa pertencessem a uma camada mais baixa da sociedade. Podemos supor, ainda, que a mãe da criança fizesse parte da comunidade cigana.

Assim como as demais famílias bem situadas socialmente, os Guerra Fontes preocupavam-se com o futuro dos filhos que, estrategicamente, se tornavam madrinhas e padrinhos desde cedo com o objetivo de formar um pecúlio imaterial baseado em relações sociais. Conforme estabelecido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, os pais não poderiam nomear padrinhos menores de 14 anos e madrinhas menores de 12 anos, exceto em casos de licença especial. Pelo visto, esta recomendação não foi seguida, pois, aos sete anos, o segundo filho do casal, Cinésio Guerra Fontes foi um padrinho infante. O menino foi registrado como padrinho da recém-nascida Heduvige, parda, filha natural de Maria do Car-

24 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 330, p. 30.

25 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 749, p. 80.



mo da Conceição, batizada em 20 de outubro de 1869²⁶. Cinésio morreu em 11 de junho de 1882, aos 20 anos, vítima de Beribéri²⁷.

O filho mais velho do casal, o funcionário público, Genésio Guerra Fontes, também apareceu em um assento de 06 de maio de 1872, ao batizar ao lado de Margarida Carneiro Leão, José, cabra, filho legítimo de Prudêncio José dos Santos e Maria de São Pedro²⁸. Genésio casou-se em 17 de outubro de 1877, com Robina Oliveira de Araújo, natural da Freguesia de Laranjeiras e filha legítima de Raphael José de Araújo e Anna Pinheira do Sacramento²⁹. A cerimônia foi realizada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição e contou com a presença do Bacharel Manoel Pereira Guimarães e do comerciante Antônio Martins de Almeida. O imóvel localizado na rua São Cristóvão em que residia Genésio e a família era do negociante Paulino José Bomfim, pai do ilustre médico e escritor Manoel Bomfim.

O primeiro filho do jovem casal, Homero, branco, foi batizado em 04 de julho de 1880 e teve como padrinhos o Doutor Homero de Oliveira Ribeiro e o Vigário Olímpio de Sousa Campos³⁰. Um ano antes do batismo, o Bacharel Homero de Oliveira já exercia o cargo de Promotor Público da Comarca da Capital. Dessa forma, percebe-se que, assim como os seus pais, Genésio também escolheu pessoas distintas para batizarem o pequeno Homero. Em 1880, ano do apadrinhamento, Olímpio Campos foi nomeado para assumir a freguesia da capital e, com o passar do tempo, foi construindo uma brilhante carreira política.

Joaquim Martins Fontes sofreu durante alguns anos com a tuberculose e faleceu na noite do dia 25 de julho de 1878 aos 55 anos de idade. O proprietário do *Jornal do Aracaju*, o Comendador Candido do Prado Pinto, lamentou a morte do compadre exaltando as suas principais virtudes:

Coração bem formado, incapaz de abrigar qualquer sentimento mau contra o seu semelhante, pai de família extremoso, bom esposo, bom cidadão e amigo sincero e dedicado, a morte do capitão Joaquim Martins Fontes é neste momento justo motivo do sentimento profundo de quantos puderam apreciar os bellos attributos de seu excellente coração. Servira o finado por diversas vezes o lugar de ajudante de ordens da

26 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1072, p. 117.

27 Banco de dados, *Family Search*, Óbitos (1882-1887). Livro 7. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4610, p.14.

28 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1721, p. 45.

29 Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 411, pp. 73-74.

30 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1880-1883). Livro 6. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3696, p. 01.

presidencia, e nessas funcções se achava quando a morte veio ceifar-lhe a existencia. Tinha no exercito longos annos de bons serviços, parte dos quaes foram prestados na guerra do Paraguay, e hoje, baixando á sepultura deixa exposta aos caprichos da sorte uma familia numerosa constante pela maior parte dos innocentes creancinhas.³¹

Como consta em seu registro de óbito, Joaquim foi sepultado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição vestido em hábitos militares, já que era capitão reformado do Exército³². Possivelmente, sua morte e tantas outras estavam associadas às condições anti-higiênicas de Aracaju, que sofria com as febres e epidemias. Um estudioso do assunto, Antonio Samarone de Santana, elencou uma série de moléstias que se transformaram em graves problemas de saúde em Sergipe durante o período oitocentista:

As epidemias de febre amarela (typhus d'América), malária (febre palustre), peste bubônica (peste do rato), febres intestinais (tifóide) e a temível cholera morbus eram presenças frequentes. Entre as endemias encontramos os reumatismos, afecções, cataraes, oftalmias, bronquites, disenteria, sarampo, coqueluche e sarna. A tuberculose (peste branca) ainda não era identificada claramente como problema de saúde pública, apesar da elevada taxa de mortalidade.³³

Os registros paroquiais mostraram, portanto, que Joaquim Martins Fontes e Eufemia Guerra Fontes priorizaram as alianças horizontais, ou seja, elegeram padrinhos que faziam parte do mesmo grupo de origem e que, além disso, possuíam fortuna e status social igual ou superior ao da família. Sendo o batismo um ato irreversível, criaram e reiteraram alianças com médicos e bacharéis, os elementos brilhantes do século XIX, e com dois grandes latifundiários. Então, já que a família não tinha tanta riqueza, para obter reconhecimento social, eles souberam explorar o que Bourdieu chamou de “capital social”, ou seja, o acesso estratégico dos agentes a círculos sociais de influência e de apoio através da amizade com os grandes políticos, como por exemplo, os Barões que ostentaram títulos nobiliárquicos durante o Império.

31 Jornal do Aracaju, 27 de julho de 1878, Edição nº 974, p. 2.

32 Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1877-1879). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3419, p. 53.

33 SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe - Núcleo de Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1997, p. 68.

